

ANC p11

Anistia de 10 bilhões de dólares

Ricardo Noblat

“**S**eus números não são verdadeiros. Pelos meus cálculos, isso só custará ao governo 1 bilhão de dólares”, interferiu o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), autor de uma das emendas que anistia a dívida contraída junto aos bancos pelos micro-empresários durante o período da reforma econômica que introduziu o cruzado. “Meus números são reais e quem acabará pagando a conta da anistia será o povo”, insistiu o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, sem conseguir esconder sua impaciência.



“Eu represento o povo, fui eleito por ele, e é o povo quem quer isso”, interveio o deputado Humberto Souto (PFL-MG), autor de uma emenda semelhante a de Mansueto. “O senhor está defendendo os bancos. São eles que irão arcar com o prejuízo”, decretou o deputado Ziza Valadares (PMDB-MG). “Não serão os bancos, será a União. Eu já não disse isso há alguns minutos atrás?”, desesperou-se Mailson. Foi um diálogo de surdos o que reuniu, anteontem, o ministro da Fazenda e um grupo de constituintes.

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que esteve também com Mailson, deixou o Ministério da Fazenda ameaçando votar a favor da anistia proposta por Mansueto e Souto. “Sei que a medida é um horror mas já estou cansado de ficar sempre remando contra a maré”, desculpou-se. Fiúza tem sustentado as principais teses do *Centrao* e se preocupa com o desgaste de sua imagem. “Se eu votar contra a emenda, minhas bases eleitorais não me perdoarão”. O senador Marco Maciel acha que a emenda será aprovada.

Caso ela passe, ao governo só restará três alternativas, segundo o ministro da Fazenda. A primeira, implicará em aumentar impostos. “É uma alternativa inviável, a essa altura”, argumenta Mailson. “Nossa carga tributária já é muito alta. Temos que suavizá-la e não torná-la mais pesada”. O corte de despesas do governo seria a segunda alternativa. “Tudo que o governo gasta, fora despesas com pessoal, é igual aos 10 bilhões de dólares de prejuízo que terá com a aprovação da emenda”, calcula.

A terceira alternativa seria “deixar como estar e esperar o dismantelo”. Ou como prefere o ministro: “Sentar no chão e chorar”. Chora Mailson a perda da receita da União que, em

1975, transferia 12% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda para o Fundo de Participação dos Municípios e para um fundo especial de ajuda aos Estados. Em 1978, no governo do presidente Ernesto Geisel, a transferência cresceu para 20% do total dos dois impostos.

No ano seguinte, saltou para 24% por causa de emendas à Constituição relatadas pelo senador Jarbas Passarinho e aprovadas pelo Congresso. Ocorreu novo salto em 1983: foi para 28%. Em 1986, com a concordância do então ministro Dilson Funaro, o Congresso elevou o nível de transferência para 33%. Até 1990, por conta do sistema tributário da nova Constituição, os 33% atingirão quase 50% do IPI e do IRI arrecadados pela União. Os governos anteriores não cuidaram de se ajustar à perda de recursos.

Só com despesas de pessoal, a preços do ano passado, a União gastou, em 1980, 236 bilhões de cruzados. Em 1987, gastou 384 bilhões. No caso, o empreguismo pesou pouco — embora lembre o deputado Delfim Netto que o governo contratou nos últimos 3 anos, só nas empresas estatais, mais de 50 mil funcionários. Foi, na verdade, a obtenção de vantagens por parte de diversas categorias de funcionários o responsável pelo salto mortal das despesas entre 1980 e 1987.

No final do governo do presidente João Figueiredo, por exemplo, o ministro Délio Jardim de Matos, da Aeronáutica, conseguiu para seu pessoal o equivalente a 12 promoções de uma só vez. Hoje, na administração federal, há mais de 100 denominações para salário — artifícios que permitem aos funcionários ganhar mais pelo que fazem e pelo que deixam de fazer. Mailson tentou convencer os políticos que recepcionou, anteontem, de que os 10 bilhões de dólares de prejuízo não podem ser suportados pela União.

Explicou que tal montante representa todo o meio circulante no país. Um dos constituintes não sabia direito o que era meio circulante. O ministro disse que o preço da emenda da anistia que favorecerá os micro-empresários daria para construir quatro usinas iguais a de Xingó, que resolverá parte da carência de energia elétrica do Nordeste. Inútil. O senador Mansueto não se sensibilizou, sequer, com a informação de que o banco do seu Estado, simplesmente, falirá se a emenda for aprovada.

“Não adianta”, resigna-se o ministro da Fazenda. “Os constituintes que aprovaram uma emenda que subtraiu recursos da União são os mesmos que querem que a União, mais pobre, continue pagando todas as contas”. Pela janela do seu gabinete no 6º andar do Ministério da Fazenda, Mailson enxerga o prédio do Congresso recortado contra o azul do céu de Brasília. Sonha com Londres, onde já morou.